
RESENHA

NOTAS PARA UMA REVOLUÇÃO BISSEXUAL

Inácio Saldanha

Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
E-mail: inaciosants@gmail.com

Dados da obra

EISNER, Shiri. *Bi: Notas para uma revolução bissexual*. São Paulo: Editorial Linha a Linha, 2021. p. 320.

Shiri Eisner é uma ativista *genderqueer*¹ israelense engajada com os movimentos trans, bissexual e de solidariedade à Palestina no seu país e uma figura fundamental no debate contemporâneo sobre bissexualidade no mundo. Fundadora do Panorama, um grupo de bi e pansexuais organizados, e criadora do blog *Radical Bi* (escrito em inglês e hebraico), ela publicou seu influente livro *Bi: notas para uma revolução bissexual*, em 2013. Nesta obra, que ela define como um “manual de campo” para o ativismo em torno da bissexualidade, defende sua proposição de um movimento bissexual interseccional e “radical”.

Embora não seja dos movimentos sociais de maior notoriedade, pela relativa invisibilidade da própria bissexualidade como tema social, o movimento de pessoas bissexuais tem se organizado desde, pelo menos, o começo da década de 1970, e se difundido e fortalecido em todo o mundo nas últimas décadas, inclusive no Brasil. A tradução para o português brasileiro e a publicação do livro pela editora Linha a Linha no país foram realizadas através de uma campanha de financiamento

¹Eisner define como uma categoria que nomeia as identidades de gênero, que escapam à definição estrita de “homem” e “mulher”.

coletivo lançada em 2019, que contou com o apoio e a divulgação de pesquisadores e ativistas. É também uma mostra da influência que esse livro tem tido no debate sobre o tema, particularmente no âmbito do movimento bissexual internacional na última década. Trata-se da primeira edição e da primeira tradução desde a publicação original, o que também nos indica o fortalecimento recente do movimento “bi” do Brasil.

Embora Eisner seja uma pessoa de formação acadêmica (cursou um mestrado em estudos de gênero), seu livro não se propõe a seguir modelos científicos em seus desenvolvimentos teóricos, mas a usar a produção acadêmica disponível de forma pragmática para refletir sobre a atuação ativista. Ao propor um movimento bissexual “radical”, ela se opõe (e opõe seu próprio ativismo) às demandas por visibilidade e reconhecimento da bissexualidade como uma identidade estável e inteligível dentro da oposição binária entre homo e heterossexualidade. Sua crítica aponta para as lutas históricas do movimento bissexual por reconhecimento e visibilidade, que culminaram, entre outras coisas, na inclusão da letra B nas siglas do movimento LGBTQ+.

Eisner defende que a bissexualidade não é inteligível dentro dos parâmetros binários de sexualidade que estruturam a sociedade ocidental, e que o movimento deveria se aliar a outros movimentos de transformação da sociedade, e não de mera inclusão. Embora possa provocar (e venha provocando) estranhamento e exaltar os ânimos, seu pensamento não pode ser lido de forma descontextualizada. Eisner é influenciada pelas discussões do ativismo *queer* e mesmo do movimento “bi” dos anos 1990 e pela sua própria experiência em um contexto de *pinkwashing*² empreendido pelo estado de Israel e pela ocupação da Palestina, no qual ela vê uma cumplicidade do movimento LGBTQ+ local, ou, como ela própria nomeia, uma postura homonacionalista (PUAR, 2017).

Em um relato de quase 60 páginas de seus esforços de introduzir as discussões sobre bissexualidade e o protagonismo bissexual nos eventos do

²O termo utilizado para um conjunto de estratégias, que visam promover imagens positivas através de uma postura pró-LGBT é muito empregado no caso de Israel. Geralmente é usado como forma de denúncia dessas práticas “progressistas”, como fachada para a ocupação da Palestina.

movimento, particularmente nas Paradas do Orgulho de Tel Aviv e Jerusalém, Eisner descreve como uma tentativa de protesto pacífico (após a negativa aos pedidos de bissexuais por fala no palanque) acabou em sua experiência traumática de espancamento por um segurança do evento (EISNER, 2012). Além disso, seu ativismo de solidariedade ao povo palestino é fundamental para que Eisner conclua que uma demanda social por reconhecimento não tem futuro se direcionada a instituições que se fortalecem através de um processo de genocídio. Sua busca por alternativas desembocaria na realização da Parada Radical, organizada por grupos trans e bissexuais em prol do povo palestino e contra o *pinkwashing*, e na publicação do livro que esse ano chegou ao público brasileiro.

Teoricamente, sua proposição não é exatamente inédita. Eisner coloca como suas principais referências para discussão política os artigos *The epistemic contract of bisexual erasure* de Kenji Yoshino (2000) e *Deconstructing biphobia* de Miguel Obradors-Campos (2011). Yoshino defendeu que a bissexualidade sofre um processo de apagamento sistemático de motivações políticas, em que homo e heterossexuais se beneficiariam e se envolveriam ora de formas iguais, ora diferentes. Este “apagamento” se manifestaria na negação da existência da bissexualidade, no não reconhecimento da identidade bissexual de outrem e em um conjunto de estigmas atribuídos à bissexualidade, e teria implicações epistemológicas, políticas e jurídicas. Já Obradors-Campos se esforçou em fazer a noção de “bifobia” corresponder a um modelo pronto de sete itens, que definiriam uma “opressão estrutural”, noção contemporânea que ele julgou importante para legitimar politicamente as violências específicas sofridas por pessoas bissexuais, especialmente como diluídas no conjunto geral de instituições e relações da sociedade.

Inspirada por essas elaborações, Eisner incorpora as noções dos autores de “apagamento” e “bifobia” a outros termos correntes no movimento bissexual, como “monossexismo”, o princípio lógico de que qualquer pessoa tem ou deveria ter atração por apenas um gênero, e que fundamentaria as violências. Diferente de suas referências, porém, seu livro não engaja em uma única noção que julga mais

frutífera analiticamente, e lança mão de todo esse vocabulário na forma de um grande esquema. A proposição de um movimento bissexual radical em oposição a posturas “assimilacionistas”, por sua vez, aparece pelo menos desde um texto de Jill Nagle de 1996: *Framing radical bisexuality*, publicado no livro *Bisexual Politics* de Naomi Tucker (NAGLE, 2013). O texto de Nagle se encontra na interseção entre a retórica do ativismo *queer* e o fortalecimento dos próprios ativismos e epistemologias bissexuais nos anos 1990, que apostaram na bissexualidade como ponto de partida para novas formas de interpretar e transformar a sociedade. A originalidade de seu livro, na verdade, está na forma como Eisner desenvolveu e aprofundou o argumento de forma interseccional a outras questões sociais relevantes, como raça e transgeneridade, em seus oito capítulos.

Os dois primeiros capítulos são voltados para questões conceituais da bissexualidade como tema social, iniciando pela controvérsia em torno da própria definição de “bissexual”. Eisner segue um caminho comum de apresentar a variabilidade de sentidos desse termo ao longo do tempo, primeiro como sinônimo de “hermafrodita”, depois como uma categoria importante para as teorias de Sigmund Freud e, enfim, como uma forma de orientação sexual de menor destaque na sexologia pós-kinseyana e no vindouro movimento LGBTQ+. Já orientada pelas críticas dos emergentes movimentos *queer*, intersexo e trans não binários aos fundamentos da psicanálise e da Escala Kinsey (para dar apenas exemplos), apresenta também as definições que surgiram no interior do movimento bissexual nas últimas décadas, de forma a incluir essas pessoas: atração por mais de um gênero, atração pelo mesmo gênero e por outros, e como um termo guarda-chuva, que visa englobar diferentes identidades (pansexual, polisssexual, *queer*, fluido etc.) em uma comunidade politicamente organizável.

Mesmo tendo consciência de que a história não se dá de forma linear e as diferentes definições coexistem na contemporaneidade, Eisner apresenta essa variação de forma quando busca nos primeiros sentidos de bissexualidade as origens de noções “hegemônicas”, que ela apresenta como violências potencialmente destrutivas: de que a bissexualidade não existe, pessoas bissexuais

estão confusas, indecisas ou apenas passando por uma fase, são promíscuas ou inerentemente infiéis, são portadoras ou vetores de HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), são na verdade *gays* ou héteros ou, podem escolher ser *gays* ou héteros. Seu intuito, afinal, é criticar a forma como o movimento bissexual tem se esforçado em negar esses discursos de forma defensiva, pois acredita que cada um deles parte da noção de que a bissexualidade é uma ameaça aos princípios morais e sociais. Em seu ponto de vista, o movimento deveria ver esse sentido de ameaça como algo produtivo, de forma a subverter e desestabilizar esses princípios.

Sua crítica a leva a trazer as noções de “apagamento”, “bifobia” e “monossexismo” como estruturantes de relações de violência sistemática, às quais o “assimilacionismo” do movimento bi seria uma alternativa incongruente. Algo bastante original em seu argumento é sua observação crítica de que o movimento tende a enfatizar as violências advindas de *gays* e lésbicas, como forma de legitimar a ideia de que sofrem formas de violência específicas, e não apenas “homofobia” e demais noções afins.

Mas talvez a parte mais polêmica de seu livro seja a discussão sobre “privilégio” e “passabilidade”, noções correntes no ativismo para se referir ao acesso a condições confortáveis em relações de opressão por pessoas que ocupam o lugar de opressoras ou de oprimidas, respectivamente. Em vez de apenas rejeitar as ideias de que pessoas bissexuais ocupam posições mais confortáveis que *gays* e lésbicas, seja “passando” por heterossexuais ou usufruindo de seus privilégios, Eisner propõe que se valorize a capacidade de pessoas bissexuais de tensionar noções e posições binárias baseadas nas classificações da sexualidade. Sua ênfase nesse “potencial subversivo” da bissexualidade desemboca na lista de 29 privilégios monossexuais (categoria quase tão antiga quanto sua antítese: “bissexuais”), originalmente publicada em seu *blog*. Em vez de segmentar pessoas monossexuais como um grupo estável, Eisner usa a noção de privilégio (que lhe é muito cara) para nos provocar a perceber como algumas identidades e grupos são tornados inteligíveis e outros não, e os impactos da ininteligibilidade direcionada para

sujeitos fundados na fluidez do desejo e do gênero, especialmente na saúde mental e na vulnerabilidade à violência sexual³. Não à toa, o primeiro privilégio de sua lista é “a sociedade garante que minha identidade sexual é real e que há outras pessoas como eu” (EISNER, 2021, p. 85).

Os capítulos 4 e 5 buscam interseções entre bissexualidade e feminismo no que toca as mulheres e os homens, respectivamente. O primeiro é teoricamente limitado, baseando-se no conceito de patriarcado para tecer longas críticas à pornografia como uma expressão dessa estrutura e engajando em uma disputa com as teorias feministas lésbicas, que elegeram a identidade lésbica como uma posição mais avançada de subversão. Para ela, a mulher bissexual não só ocuparia essa posição, como muitas das violências sofridas por lésbicas teriam motivações “bifóbicas” por presumirem (por exemplo, em casos de estupros corretivos), que teriam atração sexual por homens. Aqui fica bastante clara a orientação metodológica do livro, mais preocupado em fundamentar um repertório político preexistente do que em chegar a novos conceitos e categorias, a partir dos caminhos analíticos.

Um debate mais próprio do movimento bissexual, o de que a bissexualidade feminina seria mais visível, ou mesmo aceita do que a masculina, é explorado por Eisner de forma mais precisa e criativa, ao ver a suposta visibilidade das mulheres bissexuais como a expressão de sua sexualização e objetificação, e sua maior incidência no movimento bi como resultado do enfraquecimento da presença masculina, a partir da crise da AIDS e da adoção de princípios feministas nos primeiros eventos nacionais nos Estados Unidos, em 1990. O que há de mais incisivo no capítulo sobre os homens, porém, é a descrição do debate científico sobre a existência ou não desses sujeitos, baseada em noções binárias e discriminatórias de gênero e raça.

³Suas evidências empíricas são baseadas, principalmente, no conjunto de pesquisas quantitativas reunidas no *Bisexuality Invisibility Report* da Comissão de Direitos Humanos da cidade de San Francisco (2011). Hoje, dez anos depois, as evidências estatísticas desses e outros impactos de violências direcionadas às pessoas bissexuais, muitas vezes piores que os de homossexuais, se multiplicam e avançam em novos campos de análise.

Um estudo coordenado por Michael Bailey Jr. concluiu em 2005 que homens bissexuais não existem medindo o grau de ereção de homens “saudáveis”, em resposta a diferentes tipos de pornografia, sendo noticiado no “New York Times”; um novo estudo, anos mais tarde, seria realizado com o mesmo método com o financiamento do American Institute of Bisexuality, chegando ao resultado oposto. Eisner parte desse episódio para tecer uma interessante crítica do processo de medicalização da bissexualidade masculina, da parcialidade científica e de seu papel na produção de classificações e violências de cunho binarista. Por que a bissexualidade seria definida por critérios estatísticos de desejo equivalente a ambos os gêneros? E se considerassem que há outros gêneros? Por que a existência da bissexualidade deveria ser comprovada ou não? Quais homens seriam considerados “saudáveis” para participar desse estudo? Intersexos, assexuais e trans, certamente não. Homens como esses não poderiam ser bissexuais também? E por que um instituto de pesquisa politicamente comprometido com a causa bissexual financiaria uma pesquisa, que promove definições excludentes sobre quem é um homem bissexual? Até que ponto valeria a pena se limitar à postura defensiva de reafirmar que a bissexualidade existe e excluir os seus?

Os capítulos 6 e 7, “Bi e Trans” e “Bissexualidade e racialização”, trazem discussões ainda pouco desenvolvidas no Brasil. Tudo, porém, a partir de contextos que são bem diferentes dos nossos. Os relatos de Eisner sobre bifobia em espaços trans e de transfobia em espaços bi são elucidativos da complexidade desses campos. Se a autora teve dificuldade em levar a pauta bissexual para os coletivos e as redes sociais que tinha como pessoa trans (muitos preferiam falar em pansexualidade por supor que seria menos binária), os movimentos e teorias bissexuais não teriam cedido suficiente espaço e protagonismo, mesmo sendo o movimento um dos primeiros a se aliar e abrir as portas para pessoas trans no mundo.

A racialização conectaria a produção histórica da categoria bissexual aos mitos racistas de primitivismo, promiscuidade, infantilidade e hipersexualização em teorias científicas e políticas imperialistas. Aqui, Eisner reúne autoras

importantes nesse incipiente debate e traz relatos sobre o processo de ocupação da Palestina e a desigualdade entre judeus de origem europeia e asiática na formação do moderno Estado de Israel. A própria autora, uma judia racializada nesse processo, chama a atenção para a interseção entre as discussões sobre bissexualidade com as de raça e imperialismo na atualidade. Suas proposições políticas, porém, são de valorizar e aproximar lugares de trânsito que tensionam oposições binárias de raça e gênero, como a *mestiza* de Gloria Anzaldúa (1987), o ciborgue de Donna Haraway (2009), os *queers* dos Estados Unidos noventistas de seu ativismo bissexual radical. Esta, é claro, torna-se uma aposta política e teórica complicada em um país como o Brasil, originado de grupos muito diversos, com processos próprios de genocídios e políticas de branqueamento, e discussões sobre mestiçagem, que têm tomado rumos diferentes, especialmente a partir de autores negros e indígenas.

Afinal, como a própria Eisner coloca, suas análises partem de contextos que não podem ser universalizados, e este é um cuidado que devemos ter no Brasil. Há, também aqui, manifestações de críticas a posturas tidas como assimilacionistas ou imperialistas, para as quais sua obra torna-se mais atrativa. No capítulo final especialmente, em que traz já velhas críticas à ênfase militante *gay* no casamento igualitário e à participação no exército nos Estados Unidos ou ao apoio do governo de Israel às paradas do orgulho. Aqui, Eisner conclui, de forma claramente localizada e associada às experiências desses dois países, que o caminho da validação da identidade bissexual junto às instituições opressoras seria inviável, e advoga por um separatismo em relação ao movimento que ela chama de GGGG (expressão especialmente usada na internet na época do lançamento do livro, para enfatizar o protagonismo de *gays* nas narrativas do movimento LGBTQ+).

A experiência pessoal como elemento fundamental para sua obra não é um fator negativo, ao contrário, mas os seus cada vez mais numerosos usos e apropriações por pesquisadores, especialmente no Brasil, não devem também perder de vista que o livro de Eisner não pode ser tomado como um trabalho estritamente acadêmico, pois nem sequer foi concebido como tal. Ainda assim, é

uma contribuição para o avanço do debate sobre bissexualidade no Brasil em direções ainda insuficientemente estudadas, como raça, história, discursos coloniais, transgeneridade, não binaridade, diferença regional e outros. É também o primeiro material publicado no Brasil que traz informações consistentes e relatos cuidadosos sobre os debates e caminhos do movimento bissexual internacional. Seu impacto no ativismo bissexual brasileiro já ganha forma há alguns anos na categoria “monodissidente”, criada com o intuito de aproximar diferentes identidades sob inspiração das ideias de Eisner (VAS, 2021). Acredito que a publicação do livro na Língua Portuguesa, em um momento de florescimento do campo de estudos sobre bissexualidade no Brasil, dará novos frutos nos próximos anos.

Referências bibliográficas

ANDALZÚA, Gloria, *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Nooks, 1987.

EISNER, Shiri. *Bi: notas para uma revolução bissexual*. São Paulo: Editorial Linha a Linha, 2021.

EISNER, Shiri. *Love, rage and the occupation: bisexual politics in Israel/Palestine*. Journal of Bisexuality, v. 12, n. 1, p. 80-137, 2012.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

NAGLE, Jill. *Framing radical bisexuality: toward a gender agenda*. In: TUCKER, Naomi (ed.). *Bisexual Politics: theories, queries and visions*. Nova York: Routledge, 2013.

OBRADORS-CAMPOS, Miguel. *Deconstructing Biphobia*. Journal of Bisexuality, v. 11, n. 2-3, p. 207-226, 2011.

PUAR, Jasbir K. *Terrorist Assemblages: homonationalism in queer times*. Durham: Duke University Press, 2017.

SAN FRANCISCO. San Francisco Human Rights Commission. LGBT Advisory Committee. *Bisexual Invisibility: impacts and recommendations*. San Francisco, 2011.

VAS, Dani. *Militância enquanto convite ao diálogo: o caso da militância monodissidente*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

YOSHINO, Kenji. *The epistemic contract of bisexual erasure*. Stanford Law Review, v. 52, n. 2, p. 353-478, jul-dez, 2000.

COMO REFERENCIAR

SALDANHA, Inácio. Notas para uma revolução bissexual. [Resenha] *Latitude*, Maceió, v. 15, n. 2, p. 326-335, 2021. DOI: <https://doi.org/10.28998/lte.2021.n.2.13241>